

CCF propõe corte em vaga de concurso

■ Medida vai proporcionar economia de R\$ 48,7 milhões. Compra de passagens aéreas de primeira classe também será restringida

SÍLVIA MUGNATTO

BRASÍLIA – O governo vai reduzir pela metade o número de vagas em concursos públicos previstas para o ano que vem, o que vai gerar uma economia de, no mínimo, R\$ 48,7 milhões anuais. Os concursos deste ano que ainda não têm edital serão revistos. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF), que também recomendou ao presidente da República que restrinja a compra de passagens aéreas de primeira classe. Outro voto da Comissão tem o objetivo de centralizar as contas da Previdência Social na conta única do Tesouro Nacional.

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, disse que as metas fiscais do governo para os próximos três anos não serão anunciadas esta semana. A expectativa é que o governo anuncie um superávit primário (excluindo os pagamentos de juros) superior a R\$ 20 bilhões para 1999.

Cortes – Segundo a ministra da Administração e Reforma do Estado, Cláudia Costin, o serviço público deverá perder 15 mil pessoas este ano por aposentadoria e outros motivos. Há mais de um ano, o governo definiu que de cada três vagas no serviço público, apenas uma seria preenchida. Agora, o número de vagas necessário para que um novo funcionário seja contratado será de seis e os novos concursos só poderão ser feitos para 19 categorias específicas, como os auditores fiscais do Tesouro Nacional e diplomatas. Portanto, o número de vagas no ano que vem cai de 5 mil para 2.500.

Cerca de 3.600 vagas já anunciadas para bibliotecários, funcionários do Ipea, fiscais do Tesouro Nacional, fiscais de Finanças e Controle, analistas do Banco Central e professores de hospitais universitários, entre outros, serão revistas. “Desde 1995 tentamos mudar o perfil da administração pública federal que, naquele ano, tinha 65% do seu pessoal em serviços de apoio administrati-

vo, como secretárias e contínuos. O governo deve exercer funções de soberania”, explicou a ministra. O salário médio dos funcionários que estão saindo do serviço público é de R\$ 1,5 mil.

Sobre a compra de passagens aéreas, a CCF recomendará ao presidente a edição de um decreto que possibilite ao governo comprar as passagens com desconto promocional. Segundo o ministro interino da Fazenda, Pedro Parente, também será restringida a compra de passagens aéreas de primeira classe pelos funcionários do governo. Agora, somente o presidente, o vice e os ministros poderão viajar de primeira classe. “Apenas os secretários nacionais e os presidentes de estatais em vôos de mais de oito horas poderão continuar viajando na primeira classe”, disse Cláudia Costin. De janeiro a julho, o governo gastou R\$ 220,6 milhões com diárias e passagens aéreas.

Conta única – A CCF ainda pretende centralizar as receitas e as despesas da Previdência Social na conta única do Tesouro Nacional até o início de dezembro. Segundo Parente, a medida deve facilitar a cobertura dos déficits da Previdência pelo Tesouro. “A Previdência tem ficado com saldo devedor no sistema bancário em alguns momentos, o que gera pagamento de juros”. A economia de juros anual será de R\$ 70 milhões, afirmou.

Parente comentou ainda a decisão dos ministros do TST e do STJ de reajustarem seus salários em mais de 30% em alguns casos. A decisão, diz, é resultado de uma negociação que teve um efeito fiscal benéfico para o governo. O ministro explicou que a reforma administrativa prevê um aumento para ministros e juízes do poder Judiciário ao fixar seus salários em 95% do salário do ministro do STF de maneira retroativa a janeiro de 1998. De acordo com Parente, uma lei aprovada em junho permitiu a antecipação deste aumento, mas os juízes classistas ficaram de fora do reajuste, proporcionando uma economia para os cofres públicos.

Arnildo Schultz



Segundo Parente, será restringida a compra de passagens de primeira classe por funcionários do governo

MEDIDAS DA CCF

CONCURSOS: Ficou decidido que de cada seis vagas no serviço público - por aposentadoria, morte ou outro - apenas uma poderá ser coberta por concurso público e somente em 20 carreiras específicas. Antes, a proporção era de três para um.

PASSAGENS AÉREAS: Um decreto deverá permitir que o governo compre passagens pela tarifa promocional das companhias aéreas. O decreto também restringirá as viagens de primeira classe apenas ao presidente da República, Vice-presidente e ministros. Também viajarão de primeira os secretários de Estado e presidentes de estatais em vôos de mais de oito horas.

CONTA ÚNICA: As contas da Previdência Social passam a integrar a conta única do Tesouro Nacional. Segundo o governo, a medida não afeta a individualização das contas dos segurados e apenas tem o objetivo de facilitar a cobertura dos déficits previdenciários pelo Tesouro.